

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 38

Data: 9 de Dezembro de 1979

Pg.: 77

A nova imagem do projeto Jari e de Daniel K. Ludwig

WARREN HOGE
Do N. Y. Times

MONTE DOURADO, Brasil— As atividades épicas de Daniel K. Ludwig neste fim de mundo verde valeram ao bilionário norte-americano um lugar de destaque na demonologia dos conservacionistas e nacionalistas do Terceiro Mundo que se sentem preocupados com o desmatamento de suas terras por estrangeiros.

O magnata de 82 anos, considerado o homem mais rico dos Estados Unidos, adquiriu uma parte da Amazônia por um preço relativamente insignificante, terraplenou florestas, abriu veios de bauxita e caulim; construiu mais de 4.800 quilômetros de rodovias e trilhas, bem como uma ferrovia com mais de 40 quilômetros de extensão, importou especialistas estrangeiros e construiu alojamentos onde vivem mais de 30 mil pessoas, atualmente.

Ele também adquiriu uma usina de processamento de fibras de altura equivalente à de um edifício de sete andares, e de largura correspondente ao tamanho de três quarteirões, e suscitou a indignação dos célicos mantendo suas atividades em segredo.

Agora os véus foram retirados, revelando o projeto florestal e agropecuário Jari, no rio Jari, a 48 horas de barco de distância do porto de Belém, no rio Amazonas. Vários dos antigos críticos de Ludwig começam a falar como se pensassem em retirar o seu pedestal do "salão dos horrores".

Gary Hartshorn, especialista em assuntos florestais e membro do Instituto de Assuntos Mundiais da Atualidade, com sede em Hanover, em New Hampshire, nos Estados Unidos, visitou recentemente aquele empreendimento, que ocupa uma área de aproximadamente 1.599.325 hectares, e, mais tarde, comentou que se sentira cético ao chegar ao local, mas ao partir, 10 dias depois, sentia-se maravilhado com a capacidade de previsão e o entusiasmo demonstrados por Ludwig ao conceber e desenvolver o Projeto Jari. Ele se sentira horrorizado, um ano antes, ao ouvir alguém sugerir que o Brasil precisaria contar com mais 50 projetos Jari, mas, após conhecê-lo, já não considera essa sugestão tão absurda, conforme confessou.

A imprensa brasileira passou a publicar longos artigos favoráveis ao projeto. O Estado de S. Paulo comentou, em editorial: "O Projeto Jari merece total apoio. É de se esperar que Daniel Ludwig e o governo brasileiro iniciem um diálogo objetivo, excluído todo o radicalismo, de forma a estabelecer diretrizes para a continuidade desse extraordinário empreendimento social e econômico".

O ministro do Interior do Brasil, Mário Andreazza, fez uma visita de dois dias à área, acompanhado de um grupo de repórteres, e mais tarde declarou a uma comissão do Congresso: "Considero absolutamente ridículas as sugestões de que isso ameaça a nossa integridade nacional. São as pessoas que insistem em fazer essas sugestões que ameaçam a nossa soberania".

Andreazza sabia o que estava dizendo, pois justamente os membros do Congresso — órgão que, no contexto da atual estrutura governamental avalia o seu poder principalmente em decibéis — eram os mais veementes críticos do projeto. Eles chegaram a aventar teorias de que Ludwig estava administrando um campo de escravos; de que ele estava criando uma outra nação dentro do Brasil, com suas próprias Forças Armadas, e estava desperdiçando os recursos da Amazônia sem se preocupar com a sua importante contribuição à ecologia mundial. O próprio nome dado à sua cidade, Monte Dourado, suscitou suspeitas de que Ludwig tivesse encontrado o Eldorado. Na verdade, o núcleo de colonização recebeu esse nome em homenagem a um dos primeiros engenheiros que trabalharam no Projeto Jari, e que se chamava Dourado.

Andreazza declarou que já é tempo de se estabelecer uma presença oficial mais visível na área onde se desenvolve o projeto — recomendação que causou satisfação ao novo diretor-executivo do projeto, John S. Trescot Jr., de 54 anos, que veio para cá em junho. Antes disso, ele trabalhava na Charter Company, de Jacksonville, na Flórida.

O projeto cobre as despesas de todos os seus visitantes, e dá uma grande ajuda de custo aos seus empregados.

Nos anos recentes, os brasi-

leiros passaram a se preocupar mais com a preservação das florestas, que ocupam 60% de sua massa de terra. Isso decorre do fato de eles estarem mais capazes de avaliar o seu potencial geopolítico. Tal compreensão acentuou-se na medida em que surgiram provas de que um dos maiores recursos naturais do mundo poderia ser prejudicado de modo irreversível pelo desenvolvimento descontrolado.

Companhias norte-americanas, italianas e alemãs ocidentais passaram a utilizar grandes trechos da floresta para a criação de gado, e os brasileiros das ricas áreas do Sul e do Centro do país, situadas a mais de três mil quilômetros de distância, adquiriram mais de 80% do Acre, na Amazônia, para formação de fazendas. A população de índios do Brasil caiu de um milhão para cem mil, neste século.

Em comparação com essa queda da população nativa, Jari surge como um exemplo de desenvolvimento mais planejado. Em vez de converter estas terras em pastos — o que representa uma perigosa violação da natureza, uma vez que o solo da região amazônica geralmente não pode sustentar muita vegetação após a remoção das árvores que proporcionam nutrientes à terra — Ludwig devotou a maior parte dos seus esforços à

produção de madeira e de fibras, plantando novas árvores.

Ludwig comprou Jari por 3 milhões de dólares, em 1967, com o fim de plantar árvores do tipo Melimba, originárias de Burma, que, a seu ver, produziriam bastante madeira de boa qualidade, para tornar possível a superação da escassez mundial de fibras — que ele previu, com grande precisão, para as décadas de 70 e 80.

Depois, as florestas de Jari passaram a ser formadas com pinheiros e eucaliptos. Os responsáveis pelo reflorestamento esperam começar a cultivar algumas das 300 espécies de árvores que produzem madeira dura, que eles catalogaram, assim que tiveram criado um mercado para sua colocação.

Trescot dirige o projeto a partir de uma sede que mais parece um quartel-general, situada no centro de Monte Dourado, cidade de 10 mil habitantes.

Ele dirige uma força de trabalho flutuante de até 11 mil pessoas. Todas elas, à exceção de 60, talvez, são brasileiras. Os trabalhadores são contratados por períodos de três meses, em diversos pontos da região Nordeste do Brasil, que é muito pobre. Eles recebem o salário mínimo rural, e muitos deles vivem em favelas.